

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	15
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	29
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	36
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	39
10.5 - Políticas contábeis críticas	47
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	53
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	54
10.8 - Plano de Negócios	55
10.9 - Outros fatores com influência relevante	59

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia mantém uma gestão de riscos integrada, estruturada, personalizada, inclusiva, dinâmica para ter a melhor informação e manutenção da melhoria contínua.

As diretrizes e a estratégia de gestão de riscos corporativos estão estabelecidas na Política de Gestão de Riscos aprovada em 07 de novembro de 2017 pelo Conselho de Administração com última revisão realizada em 10 de novembro de 2021, a qual pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/a8409c46-1419-4694-b935-b868e0b64e35/7a36280c-ab6a-140f-0454-dff060cab7fb?origin=2>

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades no gerenciamento de riscos das Empresas Randon para o contínuo aperfeiçoamento dos processos de gestão.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos estratégicos, bem como, os resultados financeiros e operacionais e sua reputação. Além destes, a Companhia identificamos riscos emergentes, aqueles com maior grau de importância para o negócio, como cibersegurança e segurança da informação e fatores macroeconômicos e políticos.

Para proporcionar uma visão corporativa os riscos são categorizados em estratégico, operacional, regulatório e financeiro – nesta categoria associado ao mercado, crédito e a geração de caixa. Portanto, conforme a Política de Gestão de Riscos, a Companhia define a estratégia para responder aos riscos:

- (i) associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade de adaptação as mudanças no ambiente.
- (ii) associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes e greves.
- (iii) associados às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas internas.
- (iv) associados ao mercado como mudanças prejudiciais no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações, dos preços de commodities; crédito como a perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos e contrapartes de contratos; e a liquidez como não efetivamente na maximização de geração de caixa operacional e dificuldade na captação recursos financeiros.

Adicionalmente, como proteção, para cada risco corporativo crítico é estabelecido um indicador

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

de risco (KRI) monitorado continuamente.

Para o risco emergente de cibersegurança e segurança da informação, temos uma estratégia e estrutura sólida, com boas práticas e conformidade com a LGPD e promovemos continuamente uma cultura de segurança junto aos nossos colaboradores.

Já para o risco de fatores macroeconômicos e políticos, realizamos análises econômicas, monitoramos movimentos políticos e econômicos que possam impactar os negócios das Empresas Randon junto às entidades de classe, e, quando submetidos a crises, sempre que necessário acionamos um comitê para definir planos de ação em resposta.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, destacada na letra (a) deste item 5.1.

Adicionalmente, a Companhia mantém proteções específicas, tais como: Instrumentos financeiros derivativos denominados de hedge de fluxo de caixa, para proteger suas exposições aos riscos de variações em moedas estrangeiras, e também, mecanismo de proteção para o caso de escassez no abastecimento de gás natural onde a Companhia poderá utilizar como seu substituto o GLP, e para isso monitora constantemente as opções de fornecimento disponíveis no mercado.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos e Compliance monitora os principais riscos aos quais as Empresas Randon estão sujeitas. No ciclo de Planejamento Estratégico das Unidades de Negócio são identificados, avaliados e mensurados os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia.

A estratégia de resposta de evitar, aceitar, mitigar ou transferir o risco é definida considerando os impactos financeiro e de imagem, e a probabilidade de materialização do risco. Na definição de resposta de mitigar ou transferir o risco são estabelecidos controles úteis, práticos e econômicos monitorados pela área de Gestão de Riscos e Compliance.

Em nível de Presidência das Empresas Randon, cabe a revisão e aprovação das definições gerais das estratégias de gestão de risco, e apoio no acultramento de gerenciamento de riscos.

O Comitê Executivo é responsável por avaliar continuamente a eficácia do modelo de gestão de riscos, aprovar a avaliação dos riscos e definir o apetite de riscos.

A área de Gestão de Riscos e Compliance é responsável por estabelecer a metodologia e disseminar a cultura de gerenciamento de riscos reportando diretamente ao Conselho de Administração, órgão responsável pela aprovação da política de gestão de riscos e por garantir a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos.

A gestão de riscos é responsabilidade de todos, sendo que os donos de riscos são responsáveis por monitorar a efetividade das atividades de controle e disseminar informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como, reportar a área de Gestão de Riscos e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Compliance qualquer evento de incerto que pode impactar os negócios.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos e Compliance tem como atribuição atuar no desenvolvimento de uma cultura organizacional de gerenciamento de riscos e comunicação que envolva os colaboradores e partes que mantenham vínculo e/ou relação com as Empresas Randon.

A Auditoria Interna Corporativa, a qual reporta-se ao Conselho de Administração, tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos por meio de trabalhos de avaliação realizados sobre os processos e com base nos riscos inerentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que aborda riscos de mercado aprovada em 07 de novembro de 2017 pelo Conselho de Administração com última revisão realizada em 10 de novembro de 2021, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico:

<https://ri.randon.com.br/governanca-corporativa/estatutos-codigos-e-politicas/>

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades no gerenciamento de riscos das Empresas Randon para o contínuo aperfeiçoamento dos processos de gestão, incluso a gestão de riscos financeiros associados ao mercado. Adicionalmente, a Companhia possui uma política interna aprovada pelo Conselho de Administração que tem o objetivo de estabelecer as regras e orientações para o gerenciamento de riscos cambiais, definindo o apetite de risco e os principais instrumentos de proteção.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de inflação, políticas cambiais, redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito, políticas monetárias, taxas de juros, instabilidades sociais ou políticas, controles sobre exportações e importações, políticas fiscais e legislação tributária e outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem taxa de câmbio, taxa de juros, riscos de crédito e riscos relacionados a conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, é importante destacar que algumas operações da Companhia consomem muita energia elétrica e gás natural, e a escassez ou os preços altos destas fontes de energia podem representar um risco, com efeitos adversos nos resultados, para os quais são desenvolvidos mecanismos de proteção específicos. Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas. Em complemento a estas informações, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós-fixadas.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. Como mecanismos de proteção, para o caso de escassez no abastecimento de gás natural, de riscos de mercado no item anterior, a Companhia poderá utilizar como seu substituto o GLP, e para isso monitora constantemente as opções de fornecimento disponíveis no mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são:

- *Non Deliverable Forward (NDF)*;
- *Zero-cost collar*;
- SWAP de Moeda e Juros;
- Financiamentos em moeda estrangeira (ACC/ACE/NCE/PPE/outros).

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**Riscos de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Hierarquia de valor justo e parâmetros utilizados:

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo, considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Além disso, a Companhia, através do seu Comitê Executivo, sua Diretoria, sua gestão e seus comitês internos acompanha constantemente as condições de mercado, os indicadores macroeconômicos e as decisões de governos. Com isso a companhia monitora continuamente essas informações para avaliar a situação e com isso busca tomar decisões e se proteger contra os riscos que advêm das condições econômicas, políticas, de inflação e de Governo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Risco de Taxas de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ e CDI.

Como parâmetros utilizados para demonstrar a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação, são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de encerramento do exercício, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentou variação positiva de 7,38% (28,9% positiva em 31 de dezembro de 2020). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de "Financiamento" visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 48 (IFRS 9). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Como parâmetros utilizados para demonstrar a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia, também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

Atualmente, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O departamento de Finanças Corporativas tem a responsabilidade de garantir e monitorar o cumprimento da política de finanças e de gerenciamento de riscos de câmbio.

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* é responsável por estabelecer a metodologia para gerenciamento de riscos de mercado apoiando o departamento de Finanças Corporativas. Reporta diretamente ao Conselho de Administração, órgão responsável pela aprovação das políticas corporativas e monitora periodicamente os riscos de mercado.

A Presidência e Comitê Executivo são responsáveis por avaliar continuamente a eficácia do gerenciamento de riscos de mercado, e aprovar a estratégia deste modelo de gestão para deliberação do Conselho de Administração.

A gestão de riscos é responsabilidade de todos, sendo que os donos de riscos são responsáveis por monitorar a efetividade das atividades de controle e disseminar informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como, reportar a área de Gestão de Riscos e Compliance qualquer evento de incerto que pode impactar os negócios.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A área de Gestão de Riscos e *Compliance* monitora conjunto aos donos de riscos os principais riscos aos quais as Empresas Randon estão sujeitas. Os riscos com estratégia de resposta estabelecida possuem um indicador de risco que permitem acompanhar de forma tempestiva qualquer alteração que possa ocasionar impacto às Empresas, reduzindo perdas e mitigando a materialização dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia dispõe de diretrizes internas (políticas) devidamente divulgadas aos seus colaboradores para orientar e estabelecer os parâmetros acerca dos processos para atingimento dos objetivos desses alinhados a estratégia da Companhia.

Os controles internos existentes na Companhia visam garantir de forma razoável, em aspectos relevantes, a confiabilidade de todos os processos buscando a conformidade e a minimização dos riscos do negócio. Constantemente, há a adequação dos controles internos a fim de acompanhar as mudanças nas condições existentes nos processos e garantir a conformidade com as políticas internas, legislação e normas vigentes.

Os relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, são elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Companhia conta com o ERP SAP, o qual é mundialmente reconhecido e está presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do Mundo, e constantemente vem aprimorando a automatização dos processos com foco em eficiência e segurança dos mesmos.

Complementarmente às estruturas de controles internos a Auditoria Interna Corporativa, de forma independente, provém a cobertura de avaliação dos controles internos relevantes da organização, reportando as recomendações de melhorias necessárias aos processos, bem como realizando o monitoramento do Relatório de Recomendações para aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras e emitido pela auditoria externa. A área de Gestão de Riscos e Compliance, em conjunto com a gestão do negócio, mapeia os controles chaves dos riscos corporativos de maior criticidade das Empresas Randon, conduzindo a metodologia e disseminando a cultura da gestão dos riscos. Também, aplica as boas práticas de Compliance disseminando a cultura de integridade e aderência as leis e regulamentos internos.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, e que os pontos significativos identificados pelos auditores independentes não afetaram a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

Dentro da estrutura de governança da Companhia a Diretoria Estatutária, entre outras atribuições, responde pelas informações das demonstrações financeiras, tendo como suporte para a elaboração dessas informações, a Controladoria e a Contabilidade (área do Centro de Serviços Compartilhado), garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A área de Gestão de Riscos e Compliance suporta os processos na estruturação dos principais controles para gerenciamento dos riscos corporativos e manutenção do Programa de Integridade das Empresas Randon de acordo com a Política de Gestão de Riscos e Política de Compliance.

E a Auditoria Interna Corporativa provém a cobertura de avaliação para os processos relevantes da Companhia, levando em consideração os objetivos estratégicos desta, avaliando a eficácia dos controles internos frente aos riscos.

A companhia também conta com um Conselho Fiscal que examina e recomenda a aprovação das demonstrações financeiras.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Controladoria Corporativa, mensalmente revisa as Demonstrações Financeiras elaboradas e apresentadas pelo CSC (Centro de Soluções Compartilhadas) e realiza o reporte a Diretoria da Companhia, e trimestralmente, após a avaliação da auditoria independente, também reporta ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A área de Gestão de Riscos e Compliance monitora os planos de ação relativos as melhorias ou implementações de controles internos chaves em resposta aos riscos corporativos mapeados, reportando à diretoria da Companhia, bem como ao Conselho de Administração os resultados desse gerenciamento.

Os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna Corporativa são reportados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos Diretores e Gerentes dos processos avaliados.

Para todas as deficiências apresentadas são solicitados à gestão a elaboração de planos de ação, sendo os mesmos monitorados posteriormente pela auditoria para fins de follow-up e de acompanhamento de indicadores de conformidade. As fragilidades identificadas nos trabalhos da Auditoria Interna Corporativa que possam impactar nas demonstrações financeiras são reportadas tempestivamente, para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas e normas do IPPF - International Professional Practices Framework – emitido pelo IIA -The Institute of Internal Auditors.

Adicionalmente, a Auditoria Interna Corporativa monitora e acompanha todos os planos de ação originados dos pontos de melhoria de controles internos que integram o relatório de recomendações emitido pela auditoria externa.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre os controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Os resultados desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, realizado pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., foram comunicados à Companhia como sugestões de aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis.

Os auditores independentes verificaram dois pontos considerados como deficiências significativas, relacionados ao ambiente de controles internos, em conexão com as Demonstrações Financeiras, e apresentaram sugestões de melhoria:

1. Implementação de módulo para gestão do ciclo relacionado a rotinas críticas

Durante o nosso entendimento do ambiente de TI da Companhia, avaliamos as políticas e processos administrativos relacionados à alteração, exclusão, agendamento e modificação em rotinas críticas do ambiente.

Verificamos que a Companhia possui atualmente uma política formal para o processo de gestão do ciclo de rotinas críticas, porém não identificamos a implementação de um sistema de controle automatizado e periódico que garanta que o tal ciclo ocorra estritamente de acordo com a respectiva política. A administração nos informou que este controle tem como previsão entrar em operação a partir do segundo semestre de 2022.

Considerando que as rotinas críticas envolvem provisões contábeis, extração de relatórios, movimentações financeiras, bem como outros processos significativos, sugerimos que a Companhia efetivamente conclua a implementação supracitada de forma a incluir controle automatizado para a gestão do ciclo de vida do job - desde a criação, aprovação e validação periódica de performance, até a aplicação de quaisquer melhorias contínuas disponíveis e observáveis.

2. Processo de validação e revisão de acessos

Como parte dos procedimentos de análise do ambiente de TI, observamos que os controles de revisão de acessos estabelecidos pela Companhia não definem uma exigência de que todos os acessos sejam obrigatoriamente revisados. Adicionalmente, observamos que para casos de usuários incluídos nas premissas pré-definidas de revisão de acessos (aniversário de efetivação do usuário ou transferência/promoção do colaborador) que não foram revisados tempestivamente, não há revogação sobre estes acessos não revisados pela alçada competente.

Os acessos não autorizados às informações críticas e confidenciais da Companhia e as responsabilidades de acesso acumuladas e conflitantes quanto à correta segregação de funções, possibilitam a perda de integridade dos dados, prejuízos financeiros e à imagem da empresa.

Recomendamos que o processo de revisão exija a revisão completa de todos os acessos que os colaboradores ativos possuem ao SAP, não permitindo que os acessos não revisados sejam mantidos com o risco de serem indevidos (seja por conflito de interesses, segregação de funções e/ou por não estarem em conformidade com a função desempenhada pelo colaborador). Assim,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

recomendamos a definição de um período limite para que ocorram as revisões após abertura do chamado, de maneira que aqueles perfis que permanecem sem um parecer (manter ou remover) do revisor, sejam revogados de forma automática.

Adicionalmente, recomendamos definir, documentar e implementar uma matriz que relacione os perfis e acessos que cada cargo e/ou função dentro do organograma corporativo da Randon necessite para o desempenho das atividades, orientando e estruturando as concessões, revogações e adequações de acessos aos sistemas, ferramentas e ambientes de TI da Companhia.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia avaliou o relatório de recomendações e comentários à administração, emitido pela auditoria externa, e para as deficiências significativas de controles internos foram apresentados os seguintes comentários da Administração:

1. Implementação de módulo para gestão do ciclo relacionado a rotinas críticas

Comentários da Administração:

A companhia contratou um prestador de serviço para implementação do módulo SAP Job Management. Esse módulo irá gerenciar todo ciclo de vida das rotinas críticas, bem como a revisão periódica.

Prazo: 29/07/2022

2. Processo de validação e revisão de acessos

Comentários da Administração:

A companhia está realizando um processo seletivo para definir o sistema de IAM que melhor atenda às necessidades de gestão de identidade e acesso. Entre as funcionalidades previstas está a revisão de acesso e a matriz de cargo e/ou função x perfis e acessos. Após a seleção da ferramenta será estruturado um projeto, com a definição de um roadmap com timeline de implementação, com o objetivo de implementar o sistema IAM e consequentemente as funcionalidades previstas com revisão do processo. O projeto está previsto para se iniciar em 2022 e com previsão de conclusão em 2023.

Prazo: 23/12/2023

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

A Companhia se preocupa com a construção de um ambiente organizacional ético para que todos exerçam suas atividades pautados pela honestidade, transparência, integridade e seriedade e, por meio disso, reafirmam o seu comprometimento com a sociedade como um todo.

O Programa de Integridade das Empresas Randon (ID Randon), representa a continuidade neste processo de evolução da governança das empresas, fortalecendo nossos valores e nossos princípios para os próximos desafios.

O programa de integridade contempla o Código de Conduta Ética, Políticas Corporativas, Canal de Ética e portal *due diligence*, a qual se trata de ferramenta utilizada para identificar potenciais riscos advindos da contratação de terceiros.

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui a Política Anticorrupção que estabelece diretrizes e padrões que almejam assegurar que as Empresas Randon e todos que atuam em seu nome, entendam e atuem em conformidade com a lei.

A Companhia dispõe também do Código de Conduta Ética que está fundamentado nos princípios das Empresas Randon e tem como principal objetivo orientar sobre as práticas de condutas éticas, contribuindo para que as escolhas certas sejam realizadas dentro e fora do ambiente de trabalho.

O Portal de Due Diligence é também uma ferramenta utilizada para identificação de potenciais riscos de atos de corrupção advindos da contratação de terceiros.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os mecanismos estão estabelecidos no Programa de Integridade (ID Randon) das Empresas Randon, os principais são o Código de Conduta Ética, o Canal de Ética, o portal de Due Diligence, as políticas corporativas e os treinamentos sobre os temas relacionados a integridade.

As diretrizes para gerenciamento de riscos regulatórios estão estabelecidas na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no endereço eletrônico:

<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/a8409c46-1419-4694-b935-b868e0b64e35/7a36280c-ab6a-140f-0454-dff060cab7fb?origin=2>

As políticas corporativas são revisadas anualmente para assegurar a integridade dos processos adotados pela Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

existentes

A Companhia possui a Política de Compliance aprovada pelo Conselho da Administração em 07 de novembro de 2017 que visa orientar a função de Compliance das Empresas Randon, por meio de diretrizes, princípios e responsabilidades observados no desempenho das atividades. Também objetiva disseminar a prática de Compliance por todos os níveis de gestão, demonstrando a importância de conhecer e executar as determinações legais e regulamentares, para mitigação de riscos.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Ética é aplicável a todos os funcionários e à Alta Administração das Empresas Randon independentemente de cargo ou funções exercidas, estendido à terceiros (exemplo: fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados). O Código de Conduta Ética provado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2016, e revitalizado em 2021 pode ser acessado através do link:

<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/a8409c46-1419-4694-b935-b868e0b64e35/caf6e24e-1618-9fbd-2cd5-191eddd3becf?origin=2>

A realização de treinamentos ocorre na integração do funcionário e/ou terceiro e também em pautas de reuniões mensais, vídeos institucionais, comunicações do endomarketing para disseminação das práticas, zelando pelo crescimento e integridade de todas as relações.

Em caso de violação, desvios aos valores, políticas ou cometimento de infrações legais e/ou contratuais, são aplicadas as sanções conforme previsto na Política de Consequências.

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Canal de Ética das Empresas Randon é disponível para o público interno e externo. É um canal exclusivo para comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

ou que violem os princípios das Empresas Randon e/ou a legislação vigente.

O Canal de Ética é gerenciado por empresa independente e especializada, e qualquer pessoa pode entrar em contato por meio do site ou telefone:

Site: <https://canaldeetica.com.br/empresasrandon/>

Telefone: 0800-777-0768, disponível 24h via gravação em secretária eletrônica ou de segunda à sábado das 08h às 20h, com atendimento pessoal especializado.

Na captação de relatos é garantido o sigilo e confidencialidade. A área de Gestão de Riscos e Compliance é responsável por acompanhar as apurações do relato, e reportar periodicamente os resultados para o Comitê de Ética das Empresas Randon, que tem por atribuição dar cumprimento ao Código de Conduta Ética mediante o tratamento adequado à todas as ocorrências.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui equipe própria e formal capacitada especialmente para assessorar a diretoria neste tipo de operação. Esta equipe se encarrega de acionar as demais equipes que precisam ser envolvidas em um processo desta natureza, além de garantir o atendimento aos requisitos previstos em procedimento específico. Este procedimento está descrito, documentado e controlado pelo sistema de gestão e orienta as fases a serem atendidas ao longo do processo.

Além de organizar os passos a serem seguidos, este documento define a prática de diligências prévias com o objetivo de avaliar de forma independente os riscos de natureza legal, tributária, econômica e ambiental e outros que sejam identificados pela equipe ou diretoria ao longo do processo. As diligências bem como seu resultado são feitas e apresentadas por empresas terceiras de reconhecida reputação nos ramos em que atuam passando por avaliação interna da equipe de Fusões & Aquisições da empresa.

Os resultados são apresentados pela diretoria que conduz o processo de negociação bem como a apresentação e aprovação das Operações junto ao Comitê Executivo (não estatutário) bem como o Conselho de Administração da companhia. Nestes fóruns, são avaliados e discutidos os principais detalhes das operações, bem como avaliações econômicas e riscos que o negócio pode apresentar. Bem como quais as medidas de mitigação de risco serão tomadas, as quais envolvem, não se limitando à indicação de condições suspensivas e/ou precedentes à transação e provimento de garantias como conta de retenção e hipotecas em nome da Companhia.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes a respeito de gerenciamento de riscos e controles internos foram informadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas no item 10 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards – IASB* ("IASB") e às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores.

As informações constantes deste item 10 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.randon.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/>).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente à sua estratégia de crescimento e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo, conforme informações apresentadas a seguir:

Exercício de 2021

A Companhia encerrou 2021 com endividamento financeiro líquido consolidado de R\$ 2,5 bilhões, com alavancagem equivalente a um múltiplo de 1,91x o EBITDA dos últimos doze meses. Parte deste endividamento, R\$ 1,1 milhões, se refere às operações do Banco Randon, que tem como característica a atividade financeira, ou seja, realiza captações para financiar suas operações. Excluindo a dívida do Banco Randon do endividamento consolidado, o valor do endividamento financeiro líquido consolidado é de R\$ 1,4 bilhões, com alavancagem de 1,07x o EBITDA dos últimos doze meses.

O aumento da dívida líquida da Companhia ao longo de 2021 está relacionado ao crescimento expressivo das operações do Banco Randon durante o exercício, o qual ampliou a oferta de produtos financeiros aos seus clientes, conectado ao maior nível de atividade de toda a cadeia das Empresas Randon, que por sua vez, também tiveram um forte incremento da sua necessidade de capital de giro. No entanto, a geração de caixa bruta também cresceu, o que possibilitou uma situação financeira sólida para Companhia.

A dívida da Companhia é majoritariamente em moeda nacional e os custos de captação estão compatíveis com as taxas praticadas pelo mercado. Os diretores entendem que os níveis do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2021. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 1,6.

Segue ao lado o detalhamento do endividamento ao final de 2021:



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício de 2020

A Companhia encerrou 2020 com endividamento financeiro líquido consolidado de R\$ 1,5 bilhão, com alavancagem equivalente a um múltiplo de 1,26x o EBITDA dos últimos doze meses. Parte deste endividamento, R\$ 656,5 milhões, se refere às operações do Banco Randon, que tem como característica a atividade financeira, ou seja, realiza captações para financiar suas operações. Excluindo a dívida do Banco Randon do endividamento consolidado, o valor do endividamento financeiro líquido consolidado é de R\$ 859,1 milhões, com alavancagem de 0,72x o EBITDA dos últimos doze meses.

O aumento da dívida líquida da Companhia ao longo de 2020 está relacionado à sua expansão. Em setembro de 2020, a controlada Fras-le adquiriu a empresa Nakata Automotiva, fato que adicionou R\$ 511,8 milhões no endividamento, tanto pelo valor de aquisição pago pela adquirida quanto pela dívida que ela já possuía. Além disso, o aumento da necessidade de capital de giro pelo aumento das atividades e expansão, pagamento de impostos e distribuição de dividendos também contribuiu para este avanço. No entanto, a geração de caixa bruta também cresceu, o que possibilitou uma situação financeira sólida para Companhia.

A dívida da Companhia é majoritariamente em moeda nacional e os custos de captação estão compatíveis com as taxas praticadas pelo mercado.

Os diretores entendem que os níveis do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2020. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 1,8.

Segue abaixo detalhamento do endividamento ao final de 2020:



Exercício de 2019

O endividamento financeiro líquido consolidado (dívida bruta menos disponibilidades e aplicações financeiras) atingiu R\$ 867,8 milhões no encerramento de 2019, equivalente a um múltiplo de 1,26 vezes o EBITDA dos últimos doze meses. Ao final de 2018, este endividamento era de R\$ 1,1 bilhão e representava múltiplo de 1,97 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Excluindo-se os indicadores da atividade do Banco Randon, o endividamento líquido da Companhia encerrou 2019 em R\$ 535,5 milhões, com geração de caixa livre positiva de R\$ 289,4 milhões, em função dos pontos mencionados no parágrafo anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores entendem que os níveis do índice de liquidez corrente e solvência estavam em boa situação em 2019. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 2,5.

b) Estrutura de capital

A Companhia entende que a sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Estrutura de Capital da Companhia está evidenciada nas tabelas a seguir:

	Capital Próprio	Capital de Terceiros
31 de dezembro de 2021	30,5%	69,5%
31 de dezembro de 2020	29,8%	70,2%
31 de dezembro de 2019	34,4%	65,6%

	Em 31 de dezembro de		
	2021 (em R\$ mil)	2020 (em R\$ mil)	2019 (em R\$ mil)
Capital Próprio			
Capital Social	1.293.170	1.293.170	1.293.170
Reserva de Capital	-7.171	-7.171	-7.171
Aquisição Investimento Controlada	-203.241	-190.350	-190.350
Reservas de Lucros	1.377.392	899.961	555.792
Outros resultados abrangentes	60.069	63.811	41.103
Resultados acumulados	0	0	0
Participação de acionistas não controladores	754.521	616.787	483.418
Patrimônio Líquido	3.274.740	2.676.207	2.175.962
Capital de Terceiros			
Passivo Circulante	3.949.845	3.029.500	1.507.680
Passivo Não Circulante	3.495.202	3.275.374	2.644.472
Total do Passivo	7.445.047	6.304.874	4.152.152
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	10.719.787	8.981.081	6.328.114

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Randon tem apresentado ao longo dos anos capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo, como atestam seus índices de liquidez corrente e de endividamento. A manutenção da saúde econômica e financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza o giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CONSOLIDADO	Em 31 de dezembro de		
Índices Financeiros	2021	2020	2019
Índice de Liquidez Corrente	1,7	1,8	2,5
Índice de Alavancagem	1,91	1,26	1,26

A Companhia possui capacidade financeira e linhas de crédito para renovar suas dívidas alongando os prazos de pagamento se necessário. As projeções financeiras internas suportam o pagamento da dívida contraída.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos e pré-embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP, BNDES, FUNDOPEM, NCE, PPE e Debêntures, dentre outros.

A seguir, tabelas demonstrando a composição da dívida bruta nos últimos três exercícios:

	2021	2020	2019
Modalidade	Total R\$	Total R\$	Total R\$
Vendor	33.398	1.555	0
ACC	125.215	64.139	51.588
Finimp	0	17.403	5.925
Finex	0	1.999	16.314
Debêntures	2.041.370	1.847.572	1.544.509
Finame	477.383	353.812	221.712
Fundopem	34.009	39.172	51.131
Finep	26.094	33.010	31.841
Leasing	191	570	3.450
Pré Pgto Exportação	219.975	256.010	219.737
NCE	612.570	223.795	205.480
Capital de Giro	447.564	709.230	424.134
Term Loan	21.994	31.078	24.378
Resolução 2770	0	0	56.006
BNDES	222	421	9.341
TOTAL	4.039.985	3.579.766	2.865.546

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são o caixa operacional e empréstimos e financiamentos, sem prejuízo de recursos que possam vir a ser obtidos no mercado de capitais.

A Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito considerando os bons índices de avaliação junto às instituições financeiras e o bom relacionamento com estas.

A classificação de risco da Companhia de acordo com o Standard & Poor's para 2021 foi "brAA+". E a instituição considera adequada o nível de liquidez da Randon.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As principais fontes de financiamento da Companhia são suas disponibilidades, caixa gerado pelas operações e captações de recursos com bancos.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Empréstimos e Financiamentos Bancários (R\$ milhões)

			Consolidado		
	Indexador	Vcto. Final	2021	2020	2019
Moeda Nacional					
Capital de giro	CDI/Taxa Fixa	ago/26	355.316	646.934	373.173
Finame	CDI/Taxa Fixa	mar/30	477.383	353.812	221.712
Debêntures	CDI	jul/27	2.041.370	1.847.572	1.544.509
NCE	CDI/Taxa Fixa	dez/26	557.379	154.426	187.177
Fundopem	IPCA	ago/34	34.009	39.172	51.131
Finep	Taxa Fixa/TJLP	mar/30	26.094	33.010	31.841
Cessão de Crédito	Taxa Fixa	fev/21	0	0	0
Vendor	CDI/Taxa Fixa	jan/22	33.398	1.555	0
Leasing	Taxa Fixa	ago/22	191	546	860
BNDES	Taxa Fixa/TJLP	jan/23	173	334	5.622

Moeda Estrangeira					
ACC	Taxa Fixa/Variação Cambial	dez/22	125.215	64.139	51.588
Pré Pgto Exportação	Libor/ Variação Cambial	jul/25	219.975	256.010	219.737
Capital de Giro	Taxa Fixa/ Libor/ Variação Cambial	out/26	92.248	62.296	50.961
NCE	CDI/Taxa Fixa/Variação Cambial	out/24	55.191	69.369	18.303
Finimp	Taxa Fixa/Variação Cambial	abr/21	0	17.403	5.925
Term Loan	Taxa Fixa/Variação Cambial	jan/35	21.994	31.078	24.378
Finex	Taxa Fixa/Variação Cambial	jun/21	0	1.999	16.314
BNDES	Taxa Variável	jan/23	49	87	3.719
Leasing	Taxa Fixa	jul/21	0	24	2.590
Resolução 2770	Libor/ Variação Cambial	mar/20	0	0	56.006
			4.039.985	3.579.766	2.865.546

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ao longo de 2021 e 2020, a Companhia e sua controlada emitiram debêntures, conforme abaixo:

- Em 2021, a 8ª emissão de debêntures simples da Randon, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única no montante de R\$ 250 milhões; para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
- Em 2020, 3ª e 4ª emissão de debêntures da Fras-le, no montante de R\$ 210 milhões cada, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM nº 476/2009.

Em 2 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou por meio de fato relevante a sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em Duas Séries, no montante de R\$ 500 milhões, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Impostos a recolher;
- 3) Empréstimos e financiamentos com garantias reais (atualmente, não aplicável);
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Exercício de 2021

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 379.585 (R\$ 191.752 em 31 de dezembro de 2021), não há notas promissórias e cartas fiança. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas detêm contratos de financiamentos e debêntures no valor de R\$ 2.049.954 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*), calculados pela relação entre dívida líquida e EBITDA, nas datas base de encerramento de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2021, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 1,07 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Exercício de 2020

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 191.752 (R\$ 62.305 em 31 de dezembro de 2019), não há notas promissórias e cartas fiança. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas detêm contratos de financiamentos e debêntures no valor de R\$ 1.847.572 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*), calculados pela relação entre dívida líquida e EBITDA, nas datas base de encerramento de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2020, os índices financeiros estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia e suas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 0,71 vezes o EBITDA dos últimos doze meses.

Exercício de 2019

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 62.305 (R\$ 264.566 em 31 de dezembro de 2018), não há notas promissórias e cartas fiança.

Adicionalmente, a Companhia detém contratos de financiamentos e debêntures no valor de R\$1.907.796 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (Covenants) nas datas base de encerramento de cada exercício social.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Randon Consolidado sem Banco) foi de 0,79 vezes o EBITDA dos últimos doze meses e o índice Patrimônio Líquido / Ativo Total (Consolidado) foi de 0,34, portanto ambos os índices ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos covenants no período.

Fontes de Liquidez adicional

A Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e instrumentos lastreados em exportação para uso em sua necessidade de recursos. Embora sem utilização nos últimos anos, a Companhia possui bons índices de avaliação junto às instituições financeiras o que permite acesso rápido a linhas de crédito.

Segue abaixo, tabela que expõe a subordinação de garantias relativas aos 3 últimos exercícios:

GARANTIAS POR AVAIS E FIANÇAS R\$ (mil)	2021	2020	2019
Menos de 1 ano	36.632.017	11.916.169	34.086.367
Entre 1 e 3 anos	89.820.396	18.951.195	-
Entre 3 a 5 anos	322.526.430	160.883.922	26.610.952
Acima de 5 anos	12.414.756	-	1.607.850
	461.393.599	191.751.286	62.305.169

As garantias reais, em caso de liquidação da Companhia, terão preferência entre as garantias dadas pela mesma.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Abaixo segue tabela que apresenta a evolução durante os anos de 2021, 2020 e 2019 dos contratos que estavam em vigor, que possuíam limite de crédito aprovado e em fase de desembolso:

CONSOLIDADO	Em 31 de dezembro de		
	2021 (em R\$ mil)	2020 (em R\$ mil)	2019 (em R\$ mil)
Contratado	10.140	11.305	0
Liberado	11.305	10.049	0
Saldo	0	1.256	0

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Abaixo apresentamos as demonstrações das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As tabelas resumo a seguir facilita a compreensão dos dados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Em milhões de reais, exceto %)

	Consolidado							
	31/12/2021	AV 2021	31/12/2020	AV 2020	31/12/2019	AV 2019	AH 2021 X 2020	AH 2020 X 2019
Ativo								
Ativo Circulante								
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.897,4	17,6%	1.667,0	18,6%	1.177,2	18,6%	13,8%	41,6%
Aplicações Financeiras	350,3	3,3%	782,5	8,7%	808,9	12,8%	-55,2%	-3,3%
Instrumentos Financeiros Derivativos	3,4	0,0%	9,8	0,1%	1,4	0,0%	-65,4%	605,7%
Clientes	1.602,3	14,9%	1.207,7	13,4%	689,9	10,9%	32,7%	75,1%
Estoques	2.039,2	18,9%	1.070,6	11,9%	833,7	13,2%	90,5%	28,4%
Impostos e Contribuições a Recuperar CP	562,8	5,2%	500,3	5,6%	185,0	2,9%	12,5%	170,5%
Outros	106,8	1,0%	70,4	0,8%	61,9	1,0%	51,8%	13,6%
Total do Ativo Circulante	6.562,3	60,9%	5.308,2	59,1%	3.758,1	59,4%	23,6%	41,2%
Ativo Não Circulante								
Realizável a Longo Prazo								
Aplicações de Liquidez não imediata	53,1	0,5%	68,7	0,8%	11,3	0,2%	-22,8%	509,6%
Partes Relacionadas A	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Clientes LP	382,8	3,6%	296,0	3,3%	184,7	2,9%	29,3%	60,3%
Cotas de consórcio	16,6	0,2%	15,1	0,2%	22,4	0,4%	9,9%	-32,5%
Impostos Diferidos/Recuperar NC	819,6	7,6%	709,0	7,9%	269,2	4,3%	15,6%	163,4%
Outros Direitos Realizáveis	29,5	0,3%	13,6	0,2%	20,5	0,3%	117,4%	-33,9%
Depósitos Judiciais	46,3	0,4%	45,7	0,5%	44,7	0,7%	1,3%	2,3%
Bens para Revenda	8,5	0,1%	12,5	0,1%	11,8	0,2%	-32,0%	5,4%
Valores a Receber de longo prazo	56,5	0,5%	58,0	0,6%	57,0	0,9%	-2,7%	1,9%
Total do Ativo Realizável a Longo Prazo	1.412,8	13,1%	1.218,7	13,6%	621,5	9,8%	15,9%	96,1%
Investimentos/Imobilizado/Intangível/Diferido	2.552,8	23,7%	2.258,9	25,2%	1.815,2	28,7%	13,0%	24,4%
Direito de Uso de Arrendamentos	241,7	2,2%	195,3	2,2%	133,3	2,1%	23,8%	46,5%
Total do Ativo Não Circulante	4.207,3	39,1%	3.672,9	40,9%	2.570,1	40,6%	14,5%	42,9%
Total do Ativo	10.769,6	100%	8.981,1	100%	6.328,1	100%	20%	42%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Consolidado							
	AV		AV		AH		AH	
	31/12/2021	2021	31/12/2020	2020	31/12/2019	2019	2021 X 2020	2020 X 2019
Passivo e Patrimônio Líquido								
Passivo Circulante								
Fornecedores	947,7	8,8%	873,6	9,7%	366,7	5,8%	8,5%	138,2%
Instituições Financeiras CP	1.190,4	11,1%	956,0	10,6%	571,8	9,0%	24,5%	67,2%
Contas a Pagar por Combinação de Negócios CP	8,4	0,1%	53,2	0,6%	-	0,0%	-84,3%	0,0%
Salários/Encargos	154,0	1,4%	99,8	1,1%	78,9	1,2%	54,3%	26,5%
Impostos e Taxas	203,2	1,9%	283,2	3,2%	79,1	1,3%	-28,3%	257,9%
Adiantamento Clientes e Outros	1.431,4	13,3%	732,5	8,2%	393,4	6,2%	95,4%	86,2%
Arrendamentos CP	27,3	0,3%	31,3	0,3%	17,9	0,3%	-12,7%	75,3%
Total do Passivo Circulante	3.962,3	36,8%	3.029,5	33,7%	1.507,7	23,8%	30,8%	100,9%
Passivo não Circulante								
Instituições Financeiras LP	2.853,0	26,5%	2.635,2	29,3%	2.294,9	36,3%	8,3%	14,8%
Contas a Pagar por Combinação de Negócios LP	178,6	1,7%	178,3	2,0%	-	0,0%	0,2%	-
Subvenção Governamental	3,4	0,0%	3,9	0,0%	4,4	0,1%	-11,0%	-12,4%
Partes Relacionadas LP	12,6	0,1%	7,1	0,1%	-	0,0%	78,0%	-
Impostos a pagar/Impostos diferidos	60,6	0,6%	62,5	0,7%	81,7	1,3%	-3,0%	-23,5%
Provisão para Litígios	73,0	0,7%	60,6	0,7%	41,4	0,7%	20,5%	46,3%
Outras Exigibilidades	44,0	0,4%	25,2	0,3%	36,8	0,6%	74,7%	-31,4%
Obrigações por Recursos de Consórcios LP	79,4	0,7%	75,4	0,8%	70,0	1,1%	5,3%	7,8%
Adiantamento Clientes e Outros LP	24,7	0,2%	69,3	0,8%	-	0,0%	-64,4%	-
Arrendamentos LP	203,1	1,9%	158,0	1,8%	115,3	1,8%	28,5%	37,0%
Total do Passivo Circulante	3.532,4	32,8%	3.275,4	36,5%	2.644,5	41,8%	7,8%	23,9%
Total do Passivo	7.494,7	69,6%	6.304,9	70,2%	4.152,2	65,6%	18,9%	51,8%
Patrimônio Líquido								
Patrimônio Líquido	2.520,3	23,4%	2.059,4	22,9%	1.692,5	26,7%	22,4%	21,7%
Participação Acionistas não controladores	754,6	7,0%	616,8	6,9%	483,4	7,6%	22,3%	27,6%
Total do Patrimônio Líquido	3.274,9	30,4%	2.676,2	29,8%	2.176,0	34,4%	22,4%	23,0%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	10.769,6	100%	8.981,1	100%	6.328,1	100%	20%	42%

Em relação aos exercícios de 2021, 2020 e 2019, destacamos os seguintes indicadores de resultado que apresentaram maior variação:

- As contas que compõe a necessidade de capital de giro da Companhia, como clientes, estoques e fornecedores, passaram por variação significativa passaram por aumento significativo ao longo dos últimos exercícios. Isso ocorreu devido ao maior nível de atividade da Companhia e também pela adição de novas empresas, devido às aquisições e constituições.
- O endividamento financeiro líquido tem apresentado crescimento ao longo dos anos, devido ao aumento da necessidade de capital de giro, novas aquisições e investimentos realizados para a expansão dos negócios. No entanto, o nível de alavancagem tem apresentado estabilidade e está em linha com as projeções da Companhia para este indicador.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Randon S.A. Implementos e Participações
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
(Em milhões de reais, exceto %)

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de							
	31/12/2021	AV 2021	31/12/2020	AV 2020	31/12/2019	AV 2019	AH 2021 X 2020	AH 2020 X 2019
Receita Operacional Líquida	9.057,9	100,0%	5.424,9	100,0%	5.092,4	100,0%	67,0%	6,5%
Custos das vendas e Serviços	- 6.789,5	-75,0%	- 4.069,2	-75,0%	- 3.833,5	-75,3%	66,8%	6,1%
Lucro Bruto	2.268,4	25,0%	1.355,6	25,0%	1.258,9	24,7%	67,3%	7,7%
Despesas c/ Vendas	- 616,6	-6,8%	- 413,5	-7,6%	- 423,3	-8,3%	49,1%	-2,3%
Despesas Administrativas	- 447,1	-4,9%	- 373,2	-6,9%	- 279,0	-5,5%	19,8%	33,8%
Resultado Financeiro	- 106,0	-1,2%	217,1	4,0%	101,3	-2,0%	-148,8%	-314,3%
Resultado Participações	- 0,5	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Outras Despesas / Receitas	- 103,3	-1,1%	442,4	8,2%	25,6	-0,5%	-123,4%	-1825,9%
Resultado Antes IR, CS e Participações	994,8	11,0%	1.228,5	22,6%	429,6	8,4%	-19,0%	185,9%
Provisão para IR e Contrib. Social	- 110,1	-1,2%	- 395,2	-7,3%	- 129,1	-2,5%	-72,1%	206,1%
Participação dos Acionistas Não controladores	- 186,8	-2,1%	- 168,6	-3,1%	- 52,9	-1,0%	10,8%	218,6%
Lucro/Prejuízo Líquido Exercício	697,9	7,7%	664,7	12,3%	247,6	4,9%	5,0%	168,4%

Em relação ao exercício de 2021, destacamos os seguintes indicadores de resultado que apresentaram maior variação:

- **Receita Bruta Total e Receita Líquida Consolidada:** os indicadores de receita avançaram devido ao bom momento do mercado de atuação da Companhia, impulsionado por: forte demanda do agronegócio, com mais uma safra recorde; aumento do consumo de diversos produtos, com o fortalecimento das vendas no varejo; melhora da confiança e do investimento, estimulada pelo avanço da vacinação e recuperação do PIB; retomada dos setores econômicos da indústria, construção civil e mineração; Mercado de veículos seminovos aquecido, demandando maior volume de peças de reposição. Além disso, o aumento das receitas também teve origem na adição das receitas das empresas adquiridas no último exercício, no crescimento das receitas do mercado externo, no reajuste de preços dos produtos vendidos e na retomada das vendas de vagões.
- **Lucro Bruto Consolidado:** o avanço do lucro bruto é refletido principalmente pelo crescimento das receitas, já explicado anteriormente, somado aos ganhos de escala de produção pelo aumento dos volumes que permitiu maior diluição de custos fixos e pelo resultado das compras estratégicas de matéria-prima para redução dos impactos inflacionários.
- **Resultado Financeiro Líquido:** a redução expressiva do resultado financeiro líquido no comparativo 2020X2021 é explicada principalmente pela redução das receitas não recorrentes referentes à êxito em processos tributários. Outros destaques importantes neste indicador foram: efeito positivo da correção monetária (IAS 29) das controladas situadas na Argentina; ajuste a valor presente de combinação de negócios; e, Aumento dos juros pagos sobre financiamentos vinculados ao CDI, devido aos novos níveis da taxa Selic.
- **Despesas Administrativas e Comerciais Consolidadas:** o aumento neste grupo de despesas é explicado principalmente por eventos não recorrentes significativos que ocorreram tanto em 2020 quanto em 2021.

Segue abaixo tabela com os impactos não recorrentes de 2021:

		2021
Receitas não recorrentes	Impairment Controlas Indiretas	-22.726,6
	Impacto Líquido dos Ganhos com Processos Tributários	-23.091,7
Despesas não recorrentes	Expectativa de Recuperabilidade do plano de previdência	1.997,1
	Provisão Passivo Trabalhista	19.400,0
	Atualização combinação de negócios	35.332,7

R\$ Mil

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em relação ao exercício de 2020, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

Em 2020 os indicadores que mais apresentaram variação foram: EBITDA Consolidado, Resultado Financeiro e Resultado Líquido.

O EBITDA consolidado teve avanço de 73,6% no comparativo com 2019, principalmente devido aos seguintes fatores:

- Retorno dos investimentos em eficiência e produtividade, que possibilitaram fazer mais com menos;
- Melhora na absorção dos custos fixos pelo aumento dos volumes vendidos;
- Disciplina em gastos e despesas;
- Fatos não recorrentes, que podem ser observados em detalhes, no comentário sobre as despesas operacionais.

O Resultado financeiro líquido teve aumento significativo no período, atingindo R\$ 217,1 milhões positivos. Este avanço foi possível devido a:

- Redução do CDI, que impacta na diminuição dos juros sobre financiamentos;
- Isenção de IOF sobre as operações financeiras;
- Correção monetária dos processos tributários que tiveram êxito em 2020, e que somaram R\$ 292,9 milhões no período.

E por fim, o resultado líquido, que teve aumento de 168,4% no comparativo com 2019, devido à combinação de fatores já explicados nos indicadores citados.

A boa demanda do mercado, a valorização cambial, o retorno de investimentos recentes tanto em inovação quanto em expansão, permitiram à Companhia entregar bons resultados em 2020.

Em relação ao exercício de 2019, destacamos os seguintes indicadores que apresentaram maior variação:

- a. A Companhia obteve lucro líquido de R\$ 247,6 milhões e margem líquida de 4,9% em 2019, contra lucro líquido de R\$ 151,7 milhões e margem líquida de 3,6% em 2018. O esforço da Companhia ao longo do ano de 2019 e a melhora das condições de mercado permitiu o crescimento da rentabilidade para níveis próximos dos melhores anos históricos, crescendo 63,2% em comparação a 2018. A adoção do IFRS 16, impactou negativamente o resultado líquido em R\$ 5,4 milhões em 2019, sendo 84,3% na divisão autopeças, 15,1% na divisão montadora e 0,6% na divisão serviços.
- b. **EBITDA:** Em 2019, o EBITDA Consolidado alcançou R\$ 690,7 milhões ou 13,6% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2018 havia somado R\$ 559,8 milhões ou 13,1% sobre a receita líquida. O aumento do EBITDA é fruto do crescimento dos volumes e de diversas ações que passam desde a recomposição de preços e melhor aproveitamento fabril, até ao maior controle de gastos e despesas. A Companhia atua fortemente nas duas pontas a fim de obter aumento das margens e garantir melhor retorno aos acionistas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- c. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 118,3 milhões negativos em 2018, para R\$ 101,3 milhões negativos em 2019. Os dois principais fatores que afetam o resultado financeiro são a variação cambial do período e os juros sobre financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado Operacional e Financeiro

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receitas

	2018	Variação 2018- 2019	2019	Variação 2019- 2020	2020	Variação 2021- 2020	2021
Receita Bruta total (sem eliminação entre empresas)	R\$ 6,0 bilhões	20,6%	R\$ 7,3 bilhões	5,6%	R\$ 7,7 bilhões	R\$ 13,2 bilhões	71,9%
Receita Líquida Consolidada	R\$ 4,3 bilhões	19,5%	R\$ 5,1 bilhões	6,5%	R\$ 5,4 bilhões	R\$ 9,1 bilhões	67,0%

Composição da Receita Líquida Consolidada

	JAN-DEZ/2019	JAN-DEZ/2020	JAN-DEZ/2021
Representatividade das vendas entre empresas sobre Receita Líquida Total	11,50%	12,0%	14,7%

Distribuição da Receita por Segmento (2019/2018)

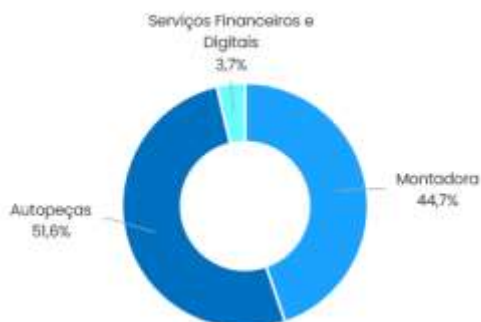
	2019				2018	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	2.239.657	129.204	2.110.453	41.4%	1.762.792	41.4%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	56.419	98	56.321	1.1%	65.512	1.5%
Randon Veículos Ltda.	67.163	35.871	31.292	0.6%	8	0.0%
Randon Triel-HT Implementos Rodoviários Ltda.	20.893	649	20.244	0.4%	-	0.0%
Randon Perú S.A.C.	12.084	-	12.084	0.2%	6.706	0.0%
Randon Argentina S.A.	72.520	27.622	44.897	0.9%	97.487	2.3%
Escritórios Internacionais	236	236	-	0.0%	-	0.0%
Veículos e Implementos	2.468.971	193.679	2.275.291	44.7%	1.932.505	45.3%
Master Sist. Automotivos Ltda.	586.049	171.370	414.678	8.1%	325.307	7.6%
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	286.797	97.910	188.887	3.7%	170.537	4.0%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	1.365.509	42.280	1.323.229	26.0%	1.100.190	25.8%
Randon S.A. Impl. e Participações (Divisão Suspensys)	510.885	5.558	505.326	9.9%	395.151	9.3%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	400.958	206.327	194.631	3.8%	175.431	4.1%
Autopeças	3.150.197	523.445	2.626.752	51.6%	2.166.616	50.8%
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	157.640	1.059	156.582	3.1%	137.834	3.2%
Randon Investimentos Ltda.	51.640	17.956	33.684	0.7%	25.628	0.6%
Randon Collection Com. Art. Promocionais Ltda.	210	154	56	0.0%	18	0.0%
Serviços Financeiros	209.490	19.169	190.321	3.7%	163.481	3.8%
TOTAL	5.828.658	736.293	5.092.365	100.0%	4.262.602	100.0%

Valores em R\$ Mil

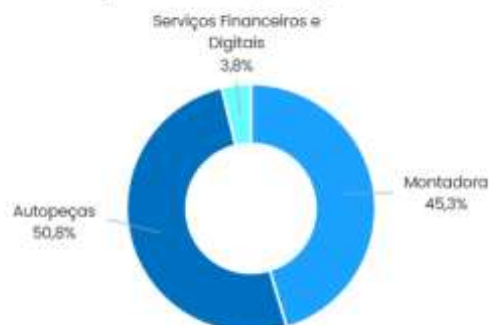
Em 2019, houve aumento da participação do setor Autopeças, reflexo das receitas oriundas da adquirida Fremax, controlada indireta da Companhia, a qual foi consolidada em sua integralidade em 2019, fato que não havia ocorrido em 2018. Abaixo estão os gráficos de participação das receitas por segmento em 2019 e 2018:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Distribuição da Receita por Segmento em 2019



Distribuição da Receita por Segmento em 2018



Distribuição da Receita por Segmento (2020/2019)

	2020				2019	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	2.271.352	122.759	2.148.593	39,6%	2.110.453	41,4%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	14.760	-	14.760	0,3%	56.321	1,1%
Randon Veículos Ltda.	72.914	2.325	70.590	1,3%	31.292	0,6%
Randon Triel-HT Implementos Rodoviários Ltda.	82.866	3.189	79.677	1,5%	20.244	0,4%
Randon Perú S.A.C.	18.628	-	18.628	0,3%	12.084	0,2%
Randon Argentina S.A.	84.724	7.770	76.954	1,4%	44.897	0,9%
Montadora	2.545.245	136.043	2.409.202	44,4%	2.275.291	44,7%
Master Sist. Automotivos Ltda.	522.151	183.543	338.608	6,2%	414.678	8,1%
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	269.303	104.288	165.015	3,0%	188.887	3,7%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	1.670.789	32.186	1.638.603	30,2%	1.323.229	26,0%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda. (Suspensys) ¹	574.111	114.597	459.514	8,5%	505.326	9,9%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	356.798	148.866	207.932	3,8%	194.631	3,8%
Autopeças	3.393.152	583.480	2.809.672	51,8%	2.626.752	51,6%
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	161.158	203	160.955	3,0%	156.582	3,1%
Randon Investimentos Ltda.	64.835	19.824	45.011	0,8%	33.684	0,7%
Randon Collection Com. Art. Promocionais Ltda.	35	11	24	0,0%	56	0,0%
Serviços	226.028	20.038	205.990	3,8%	190.321	3,7%
TOTAL	6.164.425	739.561	5.424.864	100,0%	5.092.365	100,0%

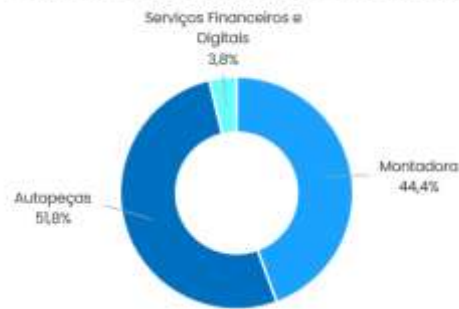
¹ A partir de outubro de 2020 a Suspensys, que era filial da Randon, foi incorporada pela Castertech.

Valores em R\$ Mil

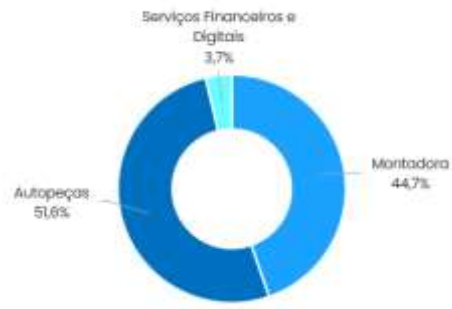
Em 2020, a Companhia adquiriu empresas no segmento de autopeças, como a Ferrari e a Nakata Automotiva, que ampliaram as receitas desta divisão em 2020. Abaixo estão os gráficos de participação das receitas por segmento em 2020 e 2019:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Distribuição da Receita por Segmento em 2020



Distribuição da Receita por Segmento em 2019



Distribuição da Receita por Segmento (2021/2020)

	2021				2020	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	3.710.453	219.467	3.490.986	38,5%	2.148.593	39,6%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	90.426	-	90.426	1,0%	14.760	0,3%
Randon Veículos Ltda.	428	-	428	0,0%	70.590	1,3%
Randon Tritel-HT Implementos Rodoviários Ltda.	105.754	6.738	99.016	1,1%	79.677	1,5%
Randon Perú S.A.C.	23.535	-	23.535	0,3%	18.628	0,3%
Randon Argentina S.A.	191.173	-	191.173	2,1%	76.954	1,4%
Randon Messias	9.659	-	9.659	0,1%	-	0,0%
RTS Industry	7.298	3.931	3.367	0,0%	-	0,0%
Randon Auttom	17.280	2.102	15.177	0,2%	-	0,0%
Montadoras	4.156.007	232.238	3.923.769	43,3%	2.409.202	44,4%
Master Sist. Automotivos Ltda.	1.010.701	359.169	651.532	7,2%	338.608	6,2%
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	498.288	167.188	331.100	3,7%	165.015	3,0%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	2.582.166	52.157	2.530.009	27,9%	1.638.603	30,2%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda. (Suspensys) ¹	1.414.283	643.089	771.194	8,5%	459.514	8,5%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	641.165	76.606	564.560	6,2%	207.932	3,8%
Centro Tecnológico Randon	15.187	3.690	11.497	0,1%	-	0,0%
Autopeças	6.161.789	1.301.897	4.859.892	53,7%	2.809.672	51,8%
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	198.594	-	198.594	2,2%	160.955	3,0%
Randon Investimentos Ltda.	103.172	32.271	70.901	0,8%	45.011	0,8%
Randon Collection Com. Art. Prom. Ltda.	43	7	36	0,0%	24	0,0%
Randon Seguros	3.775	-	3.775	0,0%	-	0,0%
Conexo	1.483	566	917	0,0%	205.990	3,8%
Serviços	307.068	32.844	274.224	3,0%	205.990	3,8%
Total	10.624.864	1.566.979	9.057.885	100,0%	5.424.864	100,0%

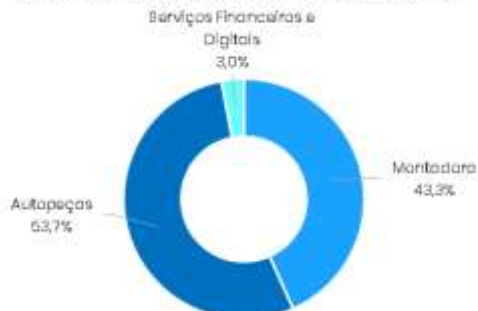
¹ A partir de outubro de 2020 a Suspensys, que era filial da Randon, foi incorporada pela Castertech.

Valores em R\$ Mil

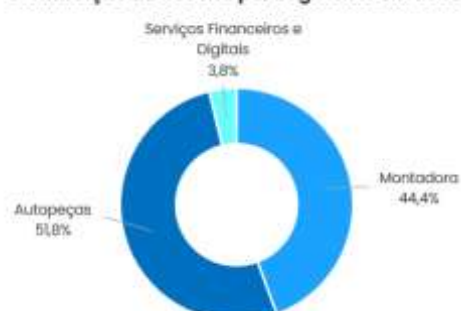
Em 2021, a Companhia realizou diversas aquisições e constituições de empresas que impactaram a geração de receita. Na divisão autopeças, tivemos a compra da CNCS e dos ativos da Unidade Produtiva Isolada Menfund, com os quais foi constituída a empresa Castertech Schroeder, pela Castertech. Já na divisão serviços financeiros foi adquirida a empresa Randon Corretora e criada a *joint venture* R4 Digital, pela Randon Ventures e a 4All. E por fim, na divisão montadora, tivemos a aquisição da Randon Auttom, empresa de automação industrial.

Abaixo estão os gráficos de participação das receitas por segmento em 2020 e 2019:

Distribuição da Receita Líquida por Segmento 2021



Distribuição da Receita por Segmento em 2020



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da empresa é afetado por diversos fatores, dentre os quais estão 3 principais: Demanda de Mercado, Custos e Despesas Operacionais.

Demanda de Mercado

A Companhia atua globalmente e está inserida em diversos mercados, diversificado principalmente em bens de capital, autopeças e serviços financeiros e digitais. A atuação se dá no fornecimento de implementos rodoviários, vagões ferroviários e autopeças aos clientes finais, principalmente no mercado interno, e na reposição, de maneira equilibrada entre clientes no Brasil e em diversas geografias no exterior.

Mudanças no cenário econômico que afetam o segmento da indústria na qual a empresa está inserida afetam materialmente os volumes de produção, que seguem as oscilações de variáveis como PIB, consumo e transporte, tanto positiva quanto negativamente, nos países onde Companhia atua, sendo o principal deles, o Brasil.

Em 2020 e 2021, a demanda de mercado foi impactada pela pandemia do novo coronavírus. No entanto, gradativamente houve a recuperação da demanda, principalmente oriunda do agronegócio e do mercado de bens de consumo. Em 2021, o mercado apresentou recordes de volumes de produção e vendas de caminhões e semirreboques.

Segue abaixo quadro com os números dos mercados que mais afetam os negócios da Companhia:

		A	B	C	A-B	B-C
PERFORMANCE DO MERCADO		2021	2020	2019	Δ%	Δ%
Produção	Caminhões ¹	158.810	90.936	113.476	74,6%	-19,9%
	Semirreboques ³	95.387	69.885	66.150	36,5%	5,6%
Vendas Brasil	Caminhões ¹	128.679	89.678	101.335	43,5%	-11,5%
	Semirreboques ²	90.323	67.372	63.437	34,1%	6,2%
Exportações	Caminhões ¹	22.699	13.243	13.552	71,4%	-2,3%
	Semirreboques ³	5.064	2.513	2.713	101,5%	-7,4%

¹ Anfavea

² Anfir

³ Anfir + Aliceweb

Volumes em unidades

Os grandes destaques do mercado em 2021 foram:

- Forte demanda do agronegócio, com mais uma safra recorde;
- Aumento do consumo de diversos produtos, com o fortalecimento das vendas no varejo;
- Melhora da confiança e do investimento, estimulada pelo avanço da vacinação e recuperação do PIB;
- Retomada dos setores econômicos da indústria, construção civil e mineração;
- Mercado de veículos seminovos aquecido, demandando maior volume de peças de reposição.

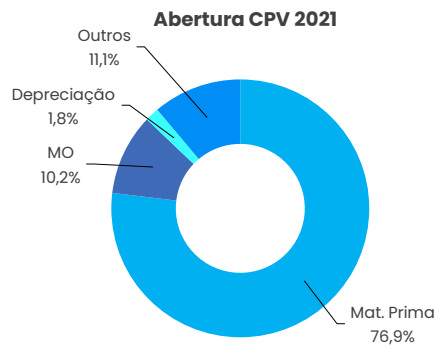
10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Custos

Os resultados operacionais da Companhia também são afetados pela dinâmica de custos em que a inflação e o nível de demanda de produção para diluição de custos fixos são os fatores que mais afetam este indicador.

Em 2020 e 2021, devido a pandemia, houve a escassez de alguns insumos, fato que desencadeou pressão inflacionária acima do normal. Os insumos que mais tiveram reajuste ao longo destes anos foram aços planos, ferro fundido, rodas, resinas, pneus, borrachas e componentes estruturais. No entanto, os ganhos em eficiência e produtividade e o aumento dos volumes vendidos foram fundamentais para mitigar os impactos inflacionários e permitir avanços neste indicador.

O custo dos produtos vendidos representou 75,0% da receita líquida consolidada em 2020 e 2021 (ou R\$ 6,8 bilhões em 2021 e R\$ 4,1 bilhões referentes a 2020).



Despesas Operacionais

As despesas operacionais também têm profunda influência no resultado operacional da Companhia, já que atendem por um gama importante de fatores. Alterações no quadro de funcionários, provisões, contratos, comissões sobre vendas, dentre outros, são fatores que podem impactar as despesas operacionais.

Em 2021, as despesas operacionais somaram R\$ 1,2 bilhão (R\$ 344,3 milhões em 2020), distribuídos em despesas administrativas, comerciais e operacionais.

Neste ano, a Companhia teve um grande volume de despesas e receitas não recorrentes que afetaram materialmente o resultado, já explicados na tabela do item 10.1.h.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os preços dos produtos da Companhia sofrem reajustes devido à inflação do preço dos insumos, negociações de altos volumes e variação do câmbio. Este último, em 2020, teve aumento significativo em função da desvalorização da moeda nacional, o que favoreceu as exportações.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Na divisão montadora, pode ser verificado avançado gradativo nas vendas de semirreboques ao mercado nacional, que foi possível pelo aumento de capacidade por meio da controlada Randon Triel-HT, da ampliação da planta industrial situada em Araraquara-SP e também do aumento da produção nas plantas já existentes devido aos ganhos em eficiência e produtividade, oriundo de investimentos realizados nos últimos anos. Observa-se também, nesta divisão, a redução significativa da venda de vagões ferroviários, devido a estagnação deste mercado nos últimos anos.

Em 2020 foi adicionado ao portfólio, os produtos vendidos ao mercado de reposição pela Nakata Automotiva, que estão contemplados na linha de "Produtos Diversos Fras-le".

Houve também aumento gradativo nas vendas de cubos e tambores ao longo dos últimos três anos, devido a ampliação de capacidade da controlada Castertech neste período e a conquista de novos clientes.

Segue abaixo quadro com volumes vendidos e representatividade na receita nos últimos 3 anos:

	2021		2020		2019	
	Unid.	% RLC	Unid.	% RLC	Unid.	% RLC
Veículos e Implementos		43,1%		44,4%		44,6%
Semirreboques Brasil (un.)	29.039	30,6%	24.326	33,3%	22.460	32,6%
Semirreboques Mercado Externo (un.)	4.207	5,7%	2.284	4,9%	2.946	5,1%
Vagões (un.)	459	2,6%	34	0,2%	167	1,2%
Reposição	-	4,1%	-	4,6%	-	3,9%
Veículos Especiais (un.)	-	0,0%	325	1,4%	398	1,8%
Outros ¹	-	0,2%	-	0,0%	-	0,0%
Autopeças		53,7%		51,8%		51,5%
Materiais de fricção (un.)	102.053	13,7%	94.730	19,0%	102.843	19,2%
Produtos diversos Fras-le (un.)	38.694	14,3%	23.573	11,2%	22.571	6,8%
Freios (un.)	917.532	7,2%	576.319	6,2%	750.204	8,1%
Sistemas de Acoplamento (un.)	152.997	3,7%	109.143	3,0%	124.025	3,7%
Eixos e Suspensões (un.) ¹	197.377	8,5%	135.243	8,5%	139.272	9,9%
Cubo e Tambor (un.)	827.512	6,2%	595.548	3,8%	494.169	3,8%
Outros ²	-	0,1%	-	0,0%	-	0,0%
Serviços		3,0%		3,8%		3,8%
Cotas de Consórcio Vendidas	16.669	2,2%	13.342	3,0%	13.904	3,1%
Randon Investimentos (Banco Randon)	-	0,8%	-	0,8%	-	0,7%
Outros ³	-	0,1%	-	0,0%	-	0,0%
Total		100%		100%		100%

¹RTS Industry e Randon Auttom.

²Centro Tecnológico Randon.

³Randon Collection, Conexo, Randon Corretora e Randon Ventures.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A dinâmica da inflação, das taxas de juros e do câmbio impactam o resultado financeiro e o tamanho da dívida da Companhia, que podem agir de maneiras distintas a depender da ótica analisada e do momento de mercado enfrentado pela Companhia. A inflação tem reflexo em salários e materiais de uso e consumo, além das matérias-primas bem como outros materiais necessários na fabricação que de uma forma ou outra estão atreladas às oscilações da taxa de inflação do país. A empresa entende que o processo de aumento da inflação tem impacto geralmente negativo, pois incorre no aumento de despesas e custos, o que, em última análise, afeta o resultado da Companhia, já que nem sempre o valor é repassado integralmente ao cliente final.

Já a taxa de juros impacta no nível de vendas (juros mais altos são menos atrativos) e no resultado financeiro, já que parcela significativa do caixa da empresa e também da dívida estão atreladas a este indicador. Como tivemos um ambiente de queda de juros tanto em 2019 quanto em 2020, principalmente em função da taxa SELIC, tanto os juros de financiamentos para nossos clientes quanto nosso custo da dívida, sofreram redução, o que é benéfico para os negócios e para o resultado. No ano, também algumas operações financeiras passaram a ter isenção de IOF, o que reduziu as despesas financeiras no período.

Com relação ao câmbio, a Companhia mantém uma posição positiva em moeda estrangeira, dado que exporta mais que importa. Mesmo com um câmbio favorável para as exportações, a situação no mercado externo não permitiu crescimento relevante das receitas de exportação e das receitas de unidades no exterior, principalmente por conta da Covid-19, além das dificuldades específicas de cada país, como crises político-financeiras e redução no preço de algumas *commodities*.

Em 2020, o resultado financeiro foi impactado também pelo êxito em processos tributários, com juros que somaram R\$ 292,9 milhões no período.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a transação celebrada em 8 de outubro de 2020, para venda de parte de ativos de propriedade da Companhia e da controlada Randon Veículos Ltda. consistentes em projetos, ferramentais e outros itens destinados a fabricação de veículos especiais, bem como estoques de peças e componentes aplicados à produção e ao mercado de reposição, para a Müller Indústria de Máquinas de Construção Ltda.. O valor total da venda totalizou R\$ 17,7 milhões, sendo R\$ 12,0 milhões referentes ao imobilizado e R\$ 5,7 milhões referentes aos estoques.

Em 2021, passou a ofertar ao mercado novos produtos e serviços, conforme descrito abaixo:

1. Randon Tech Solution Industry e Randon Auttom: empresas que atuam no segmento de automação industrial, promovendo uma transformação industrial. Fornecem ao mercado soluções, máquinas especiais e *smart manufacturing*, produzindo e vendendo células robotizadas, máquinas, dispositivos e ferramentaria industrial.
2. NIONE: após a descoberta do método de obtenção das nanopartículas de nióbio, a Companhia constituiu a NIONE, empresa instalada em Içara (SC), e já lançou seu primeiro produto, uma pré-mistura utilizada em revestimentos protetivos.
3. Fras-le Smart Composites: nova linha de produtos da controlada Fras-le, que nasceu com foco na sustentabilidade e nas megatendências mundiais, na qual são utilizados materiais compósitos estruturais.
4. R4 Digital: a Companhia lançou primeira *startup* própria em parceria com a 4All, a *fintech* R4 Digital, em parceria com o Banco Randon e a plataforma Phi, que oferece plataforma de produtos e serviços financeiros para o setor de logística.
5. Randon Corretora: atua no mercado acional oferecendo soluções de seguros para a proteção pessoal, empresarial, residencial e de veículos, em parceria com as principais seguradoras do País.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Exercício de 2021

Em 2021 foram adquiridas e constituídas as seguintes empresas:

1. Centro Tecnológico Randon Ltda. (CTR): em 28 de abril de 2021, a Companhia divulgou comunicação de transações com partes relacionadas, entre a Companhia e a controlada Fras-le, informando a consolidação da sociedade CTR, com capital social de R\$ 49,7 milhões, da qual a Randon detêm o controle com 54,93% do capital.
2. Castertech Usinagem: em 27 de janeiro, por meio de comunicado ao mercado, foi anunciada a aquisição da empresa CNCS Indústria Metalúrgica Ltda, pelo preço de R\$ 21,5 milhões, com o objetivo de ampliar a capacidade de produção em serviços de usinagem, aumento de receita e fortalecimento da empresa em novos mercados de atuação.
3. Randon Auttom e Randon Auttom USA LLC: em 11 de fevereiro a Companhia comunicou ao mercado a aquisição de 80% das quotas da empresa Auttom Automação e Robótica Ltda., pelo

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

preço estimado de R\$ 14,1 milhões. E em 9 de agosto, foi constituída a Randon Auttom USA LLC, escritório comercial que busca a expansão da participação no mercado americano, para se tornar um fornecedor global de soluções em robotização.

4. Randon Corretora: em 28 de abril de 2021, a Companhia divulgou comunicação de transações com partes relacionadas, entre a Companhia e a controladora DRAMD Participações e Administração Ltda, devido a aquisição da RAR Corretora, por preço estimado de R\$ 14,1 milhões.
5. Castertech Schroeder: em 11 de junho de 2021, foi divulgado Fato Relevante, informando ao mercado o arremate em leilão dos ativos de tecnologia, estoque, carteira de clientes e *know-how* da Unidade Produtiva Isolada Menfund – Menegotti Fundação, localizada em Schroeder (SC), pelo montante de R\$ 87 milhões, aumentando a capacidade instalada de fundidos e usinados.
6. R4 Digital: em 1 de julho de 2021, a controlada Randon Ventures, unidade de investimentos em *startups* das Empresas Randon, e a 4all Ventures, *venture builder* do *hub 4all*, apresentaram oficialmente a R4 Digital, *fintech* voltada para a cadeia de logística e transporte.
7. NIONE Ltda.: em 8 outubro de 2021, a Companhia apresentou ao mercado sua unidade de pesquisa, produção e aplicação de nanotecnologia. Com capital social de R\$ 2 milhões, a NIONE é controlada direta do Centro Tecnológico Randon (CTR) com 100% das quotas. A aprovação da constituição da NIONE, havia sido divulgada ao mercado por meio de fato relevante, em 27 de agosto de 2021.

Exercício de 2020

Em 2020 ocorreram as conclusões das aquisições citadas em 2019, das empresas Ferrari Indústria Metalúrgica (março) e da Nakata Automotiva (setembro).

Além destas, foram constituídas e/ou adquiridas outras quatro empresas: RVC Venture (Randon Ventures), Conexo, Randon Tech Solution Industry (RTS Industry) e Fundituba (Castertech Indaiatuba).

Em 18 de fevereiro, a Companhia divulgou em comunicado ao mercado, a criação da Randon Ventures, empresa que tem como objetivo ampliar as práticas de inovação da Companhia, focando em novas tecnologias que tenham conexão com os negócios das Empresas Randon. A Randon Ventures investe, coinveste e acelera startups.

Em 14 de setembro, o Conselho de Administração aprovou a aquisição da empresa Fundituba Indústria Metalúrgica Ltda., por meio da controlada Castertech. O principal objetivo desta aquisição é a ampliação da capacidade e da flexibilidade de produção de peças fundidas da Castertech.

Em 22 de outubro, o Conselho de Administração aprovou a constituição da empresa Randon Tech Solution Industry, com investimento de R\$ 20,4 milhões. A nova controlada tem como objetivo a fabricação e comercialização de equipamentos, peças e máquinas de robotização, além da prestação de serviços técnicos de engenharia e assessoria para automação industrial.

Também em outubro, a Randon anunciou sua nova empresa de inovação: a Conexo. Por meio desta controlada, a Companhia promove as iniciativas de inovação, não apenas das Empresas Randon, mas as conecta com a comunidade, empreendedores, universidades, startups e outras empresas. Um dos objetivos da Conexo é acelerar o processo de transformação cultural das Empresas Randon, produzindo conhecimento e soluções ágeis para problemas reais. A iniciativa também potencializa as ações

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

desenvolvidas pela Randon nos últimos anos, como as células exploratórias da ExO, que já está na quarta geração e se tornou uma ferramenta de desenvolvimento de tech e soft skills – habilidades e competências relacionadas à tecnologia e ao comportamento humano.

Exercício de 2019

Em 16 de abril de 2019, a Companhia, celebrou contrato de *Joint Venture* com a Triel-HT Industrial e Participações S.A., para a criação de uma sociedade em comum, denominada Randon Triel-HT Implementos Rodoviários Ltda., com endereço na Cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul. O aporte inicial das duas sócias na Randon Triel-HT, foi de R\$ 16.400.000,00, cabendo o controle do negócio à Companhia, que detêm participação societária correspondente a 51% do capital social. O objetivo da *Joint Venture* é o de combinar as forças da Companhia e da Triel-HT, para formação de uma parceria estratégica, visando ampliar a presença e melhor servir os clientes nos mercados doméstico e internacional no segmento de implementos rodoviários.

Em 6 de junho de 2019, a Companhia comunicou a constituição da subsidiária no segmento de sua filial Suspensys, localizada no México, região metropolitana de Monterrey, com denominação de Suspensys Automotive Systems S. de R. L. de C. V., para atuar no ramo de autopeças, especialmente na fabricação, montagem e comercialização de suspensões, eixos e componentes destinados a indústria de veículos comerciais, ônibus, caminhões, trens, reboques e semirreboques e afins. Esse movimento tem como objetivo atender as demandas dos nossos clientes globais e tem investimento inicial de US\$ 2 milhões.

Em 12 de novembro de 2019, por meio de Comunicado ao Mercado, a Companhia divulgou a celebração do contrato de compra e venda, por meio da controlada Master Sistemas Automotivos, da totalidade de quotas do capital da social da Ferrari Indústria Metalúrgica Ltda., pelo preço de R\$ 14 milhões, de acordo com as premissas contratadas. O objetivo da aquisição é integrar parte do processo de manufatura de peças de alumínio, com vistas a proporcionar maior competitividade nas linhas de produtos fabricados por aquela Controlada.

Em 17 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou por meio de Fato Relevante, a intenção de compra, por intermédio da controlada Fras-le S/A, da totalidade das ações representativas do capital social da Nakata Automotiva S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Osasco (SP) e atuação no segmento automotivo. O preço estimado de aquisição é de R\$ 457 milhões, estando o valor final sujeito a ajustes, conforme previsto no contrato de venda e compra, e o Fechamento ocorrerá após cumpridas as condições precedentes, dentre elas a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e dos demais órgãos de defesa da concorrência em outras jurisdições que for aplicável e, ainda, a aprovação pelos acionistas da Fras-le, em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 256 da LSA, por constituir investimento relevante, nos termos do art. 247 da mesma Lei. Com a concretização do negócio, as Empresas Randon, por meio da Fras-le, objetivam reforçar sua atuação no segmento de reposição de autopeças, devido ao aumento do portfólio de produtos daquela controlada, o que representa um diferencial competitivo nesse mercado.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Exercício 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021: A Companhia aplicou o expediente prático, conforme revisão do CPC 06 (R2) e Deliberação da CVM nº 859, a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamentos em que:

(a) a mudança nos pagamentos de arrendamento resultou em contraprestação revisada para o locador substancialmente igual ou menor que a contraprestação pelo aluguel imediatamente anterior à alteração;

(b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento que afetou apenas os pagamentos originalmente devidos antes de 30 de junho de 2022; e

(c) não houve alteração substantiva em outros termos e condições do contrato.

Observados os requisitos deste expediente prático, a Companhia não realizou nenhuma alteração no cálculo e na apropriação dos arrendamentos impactados pelas ações de contingência decorrentes da COVID-19. Os contratos com alteração não apresentaram impactos significativos.

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023, e implicarão em mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais, e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida.

Exercício 2020

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, pois não é permitido no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em *compliance* com as normas do CPC e IFRS.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.

Exercícios 2019 e 2018

CPC 47/IFRS 15

Em 1º de janeiro de 2018 a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15. Ele orienta que a receita de contrato com clientes seja reconhecida quando o controle de bens e serviços for transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens e serviços. Normalmente este reconhecimento de receita ocorre na entrega do produto ou serviço, e a Companhia considera se existem outras promessas de contrato que são obrigações de performance distintas, para as quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada, a exemplo disto temos as garantias. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas de reconhecimento de receita proveniente de contrato com clientes que são: contraprestação variável, componente de financiamento significativo, garantias, programa de incentivos de vendas e contas a receber de clientes.

CPC 48/IFRS 9

A norma IAS 39/CPC 38 foi substituída, desde 1º de janeiro de 2018, pelo CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

As principais mudanças ocorridas com essa substituição foram:

1. Classificação e mensuração de ativos financeiros: os instrumentos de dívida são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
2. Redução do valor recuperável (substituição de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”: as perdas de créditos esperadas são registradas em todos os títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.
3. Contabilidade de *hedge*.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- Possua arrendamentos de ativos de baixo valor ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia realizou a revisão dos contratos de arrendamento em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16 (CPC 06 (R2)). A norma afeta, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia. A Companhia considerou no reconhecimento inicial as isenções da norma. A Companhia aplicou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) inicialmente em 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

retrospectiva simplificada. Foi utilizado o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, ou seja, não serão considerados contratos de arrendamento anteriores a 1º de janeiro de 2019, de curto prazo ou de baixo valor. A abordagem definida pela Companhia não exige a reapresentação dos valores e não impacta o patrimônio líquido e o cálculo de distribuição dos juros sobre capital próprio do exercício anterior, além de possibilitar a utilização dos expedientes práticos.

A Companhia possui arrendamentos de terrenos, prédios, máquinas, equipamentos e veículos utilizados para a operação. A mensuração dos contratos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, sendo consideradas as renovatórias de acordo com o histórico de renovações e quando identificamos a “razoável certeza” da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto, baseada na taxa média de captação de empréstimos da Companhia. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes e não considerar os custos diretos iniciais.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. Considerando que a Companhia atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período anual coberto nas demonstrações financeiras, a entidade deve determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento. A entidade deve também apurar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**Exercícios de 2021 e 2020**

Não houve efeito significativo referente a alterações nas práticas contábeis.

Exercício 2019 e 2018CPC 47/IFRS 15

A Companhia analisou seus processos relativos ao CPC 47/IFRS 15 e não foram identificados contratos que impactem significativamente suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CPC 48/IFRS 9

Os requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 não tiveram impacto significativo na Companhia.

A seguir estão apresentadas as mudanças na classificação dos ativos financeiros da Companhia:

Controladora

<i>(Em milhares de Reais)</i>				
	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC 38		1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		8.458		8.458
Aplicações de Liquidez imediata	-	569.818	-	569.818
Clientes	165.945	-	165.945	-
Clientes Empresas Ligadas	13.022	-	13.022	-
Aplicações de Liquidez não imediata (CP)	-	373.927	51.157	322.770
Aplicações de Liquidez não imediata (LP)	-	135.251	116.132	19.119
Outros Direitos Realizáveis	504	-	504	-
Consórcios para revenda	29.210	-	-	29.210
Total	208.681	1.087.454	346.760	949.375
Consolidado	31 de dezembro de 2017 - IAS 39/ CPC 38	1º de janeiro de 2018 - IFRS 9/ CPC 48		

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do Resultado	Custo amortizado/ Análise Perda Esperada	Valor justo por meio do Resultado
Ativos financeiros				
Aplicações de Liquidez imediata	-	952.613	-	952.613
Clientes	569.139	-	569.139	-
Clientes Empresas Ligadas	-	-	-	-
Aplicações de Liquidez não imediata (CP)	-	650.698	-	650.698
Aplicações de Liquidez não imediata (LP)	-	-	-	-
Outros Direitos Realizáveis	6.986	-	6.986	-
Consórcios para revenda	65.032	-	-	65.032
Clientes - Operações de crédito LP	65.682	-	65.682	-
Total	706.839	1.603.311	641.807	1.668.343

A Companhia avaliou seu modelo atual de provisão de perdas com devedores duvidosos, e constatou que a alteração da norma não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O impacto da adoção inicial do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019 está apresentado abaixo:

	Controladora 01/01/2019	Consolidado 01/01/2019
Ativo	35.097	112.736
Realizável a longo prazo		
Ativos de direito de uso de arrendamento	35.097	112.736
Passivo	35.097	112.736
Circulante		
Passivos de arrendamento	6.242	16.355
Não circulante		
Passivos de arrendamento	28.855	96.381

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A composição e movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está abaixo apresentada:

	Controladora			
	Direitos de uso de máquinas e equipamentos	Direitos de uso de prédios e terrenos	Direitos de uso de veículos	Total
Em 1º de janeiro de 2019	23.896	10.755	446	35.097
Adições	2.933	24	1	2.958
Baixas	(2.213)	(4.628)	(30)	(6.871)
Depreciações	(4.901)	(897)	(205)	(6.003)
Em 31 de dezembro de 2019	19.715	5.254	212	25.181

	Consolidado			
	Direitos de uso de máquinas e equipamentos	Direitos de uso de prédios e terrenos	Direitos de uso de veículos	Total
Em 1º de janeiro de 2019	48.740	62.460	1.536	112.736
Adições	37.647	20.469	457	58.573
Baixas	(16.133)	(3.804)	(119)	(20.056)
Efeito de hiperinflação	1.438	-	-	1.438
Depreciações	(10.920)	(7.477)	(957)	(19.354)
Em 31 de dezembro de 2019	60.772	71.648	917	133.337

A movimentação dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019 está abaixo apresentada:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2019	35.097	112.736
Adições	2.958	55.799
Baixas	(7.503)	(20.732)
Ajuste a valor presente de arrendamentos	1.988	8.434
Pagamentos	(7.060)	(22.367)
Variação cambial	-	(678)
Em 31 de dezembro de 2019	25.480	133.192
Circulante	5.454	17.860
Não circulante	20.026	115.332

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos dos passivos de arrendamento, por vencimento é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Vencimentos	2019	2019
2020	5.454	17.549
2021	5.572	15.152
2022	5.651	14.862
2023 e após	8.803	85.629
Total	25.480	133.192

Conforme orientações do ofício CVM 02/19, a Companhia realizou cálculo dos fluxos de caixa futuros com base em taxa nominal para fins de avaliação dos usuários caso tivesse adotado a taxa nominal no balanço. Em 31 de dezembro de 2019, os impactos de depreciação no resultado da Companhia seriam de R\$ 7.767 na controladora e R\$ 23.987 no consolidado. Os juros decorrentes de arrendamentos na controladora e consolidado seriam de R\$ 699 e R\$ 4.306 respectivamente.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Companhia não possui ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais políticas contábeis consideradas críticas pela Companhia e que possam resultar em ajuste relevante em seu resultado, e que envolvem risco significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir:

Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do período em que ocorrem.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

(b) Receita de contrato com cliente

O IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- i) A identificação do contrato com o cliente;
- ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- iii) A determinação do preço da transação;
- iv) A alocação do preço da transação; e
- v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

(c) Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

Anualmente, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

(d) Mensuração ao valor justo de propriedades para investimento

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento a cada data de reporte.

(e) Impostos sobre o lucro e impostos e contribuições a recuperar

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal.

Os impostos e contribuições a recuperar são registrados com base na legislação fiscal vigente e envolve incertezas em relação a discussões jurídicas tributárias de repercussão geral, que podem resultar em mudanças significativas nas estimativas realizadas pela Administração na data das demonstrações financeiras.

Os impostos e contribuições a recuperar são reconhecidos pelo custo na extensão em que seja provável a obtenção de benefícios econômicos futuros sobre estes créditos e tendo em consideração a legislação fiscal vigente. Os créditos de impostos decorrentes de processos tributários são atualizados pela taxa SELIC incorrida, desde a data do trânsito em julgado ou do momento em que a Companhia obtém o direito de reconhecimento dos valores.

A avaliação de recuperabilidade destes ativos, leva em consideração as previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração, além dos critérios fiscais e jurídicos de aproveitamento de créditos tributários. Se identificado que algum ativo não possui expectativa

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de recuperabilidade dentro do período previsto pelos órgãos fiscais, é reconhecida uma perda no resultado do exercício.

(f) Plano de pensão e benefício pós-emprego a funcionários

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

(g) Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação toma por base dois critérios: o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos e se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no modelo de negócios, que consiste unicamente no pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia possui operações de risco sacado, registradas em rubrica específica nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nas quais seus fornecedores realizam cessão de crédito de seus recebíveis, mediante aceitação de instituições financeiras por adquirir ou não os referidos recebíveis, sem interferência da Companhia. A operação de cessão não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelos fornecedores, sendo mantidas as condições de valor original e prazo de pagamento.

(h) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões cíveis,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

tributárias, trabalhistas e previdenciárias. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

(i) Redução ao valor recuperável (impairment)

Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. A perda por redução ao valor recuperável é revertida, com exceção do ágio, apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas. A reversão é limitada ao valor contábil do ativo líquido de depreciação, amortização ou exaustão. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização de uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio está relacionado é reconhecida quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil. A perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. A perda por redução no valor recuperável do ágio não é revertida.

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas que não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de crédito esperadas de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A determinação de uma unidade geradora de caixa (UGC) é realizada considerando o grupo de ativos responsável pela geração de caixa independente de outros ativos ou operações. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não teve alteração na determinação de suas UGC's.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, com exceção de perdas alocadas ao ágio.

Alocação do impairment

A perda por desvalorização em unidades geradoras de caixa, é alocada primeiramente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, se houver, e após aos demais ativos da unidade. A Companhia aloca as perdas remanescentes ao ágio, primeiramente à perda aos ativos intangíveis determinados por fluxos de caixa futuros quando do seu reconhecimento (mais valias de clientes e marcas) e após aos ativos imobilizados mais significativos da unidade geradora de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**(j) Evidenciação de economia altamente hiperinflacionária**

Conforme divulgado na nota explicativa 2.1, a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária, qual seja, o parágrafo 3 do CPC 42/IAS 29, não prevê o uso de um índice específico de preços, mas permite que seja usado julgamento na definição de índice de preços quando a correção monetária das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados nas informações emitidas pelo INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina): IPIM - Índice de Precios Internos al por Mayor e IPC - Índice de precios al consumidor.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2019, 2020 e 2021.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Exercício de 2021

Em 2021, a Companhia realizou investimentos orgânicos de R\$ 358,1 milhões, não orgânicos de R\$ 84,3 milhões e integralização de capital de R\$ 144,5 milhões, perfazendo um montante de investimentos totais de R\$ 586,9 milhões.

Seguem abaixo planilha com a abertura dos investimentos realizados neste exercício:

INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2021				
IMOBILIZADO R\$ Mil	Montadoras	Autopeças	Serviços	Total
Máquinas	68.459	67.000	-	135.459
Prédios	5.344	4.786	-	10.130
Veículos	549	174	-	723
Móveis e Utensílios	2.425	3.975	260	6.660
Informática	2.947	4.913	354	8.214
Intangível e Outros	49.181	142.958	4.803	196.942
SUBTOTAL:	128.905	223.806	5.417	358.128
INVESTIMENTOS¹	92.178	123.583	13.004	228.766
TOTAL	221.083	347.389	18.421	586.893

¹Ações ou quotas de empresas e integralização de capital pagos.

²Para fins deste relatório, os ativos da Castertech Schroeder foram considerados na linha de Investimentos

Exercício de 2020

Em 2020 os investimentos da Companhia somaram R\$ 618,6 milhões, sendo R\$ 198,3 milhões em imobilizado, R\$ 292,2 milhões em aquisições de empresas (não orgânicos) e R\$ 128,0 milhões em integralização de capital.

AQUISICÕES INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2020											
IMOBILIZADO - (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Randon Comércio	Randon Argentina	Randon Tril-HI	Randon Veículos	Randon Perú	Castertech	Randon Investimentos
Máquinas	39.522	11.938	2.057	1.967	-	276	1.024	47	62	9.765	-
Prédios	8.337	1.078	19	1.300	590	-	59	-	-	1.546	-
Veículos	230	19	-	-	-	-	-	-	-	146	-
Móveis e Utensílios	1.185	368	101	200	1.486	180	166	44	-	127	71
Informática	3.047	2.736	337	125	458	9	157	8	73	230	22
Intangível e Outros	42.261	39.512	9.240	823	1.805	28	3.739	-	-	9.346	131
SUBTOTAL:	94.582	55.951	11.754	4.415	4.339	493	5.165	89	135	21.162	224
INVESTIMENTOS¹	76.328	338.415	2.000	-	-	-	-	-	-	3.490	-
TOTAL	170.910	394.366	13.754	4.415	4.339	493	5.165	89	135	24.652	224

¹Ações ou quotas de empresas.

Os investimentos que podem ser destacados em 2020 são:

- Valor pago em 2020 para a aquisição da Nakata Automotiva: R\$ 277,9 milhões;
- Aquisição de Robôs: R\$ 25,1 milhões;
- Expansão da Randon Araraquara: R\$ 12,7 milhões;
- Cabine de Pintura (Randon Implementos): R\$ 8,3 milhões;

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Integralização de capital na Randon Ventures (R\$ 13,5 milhões), na Fras-le (R\$ 51,7 milhões) e no Banco Randon (R\$ 60,5 milhões).

Exercício de 2019

Em 2019 os investimentos orgânicos somaram R\$ 218,1 milhões no consolidado (R\$ 137,4 milhões em 2018). Estes valores foram investidos majoritariamente em manutenção, expansão e aumento de produtividade.

No decorrer do exercício também foram feitos investimentos em controladas, que somaram R\$ 19,7 milhões ao final de 2019. Deste montante, R\$ 8,2 milhões referem-se à constituição da Suspensys México e R\$ 8,3 milhões na Randon Triel-HT.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2019:

AQUISIÇÕES INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2019												
IMOBILIZADO - (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Randon Consórcio	Randon Argentina	Randon Triel-HT	Randon Veículos	Randon Perú	Castertech	Randon Investimentos	Total
Máquinas	28.658	17.659	3.632	5.344	144	553	2.997	303	41	8.899	-	68.230
Prédios	11.017	348	63	1.939	17	230	-	-	-	112	-	13.726
Veículos	291	608	-	-	-	-	222	-	-	61	-	1.182
Móveis e Utensílios	1.095	660	47	301	-	417	7	5	-	534	2	3.068
Informática	3.546	563	154	97	-	-	141	49	13	406	21	4.990
Intangível e Outros	44.340	63.354	8.599	180	817	-	755	25	-	6.129	2.706	126.905
SUBTOTAL:	88.947	83.192	12.495	7.861	978	1.200	4.122	382	54	16.141	2.729	218.101
INVESTIMENTOS¹	11.490	-	-	-	2	-	-	-	-	8.212	-	19.704
TOTAL	100.437	83.192	12.495	7.861	980	1.200	4.122	382	54	24.353	2.729	237.805

¹ Ações ou quotas de empresas.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa da Companhia, o BNDES, o FINEP, Debêntures, Notas Promissórias e Bancos conforme já demonstrado anteriormente.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Exercício de 2021

Expansão da Randon Araraquara: com investimentos previstos de R\$ 36 milhões, a Companhia anunciou em setembro, a expansão da filial Randon Araraquara, para aumentar sua capacidade produtiva, melhoria da infraestrutura, nova área de expedição e novo pátio para produtos. No total, a área construída será ampliada de 29 mil para 42 mil m². A Companhia também fez o lançamento da pedra fundamental de um ramal ferroviário próprio, que conectará a unidade à linha existente na região.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Expansão da Master: a controlada Master inaugurou em dezembro de 2021, a ampliação do parque fabril, que totalizou 2,4 mil metros quadrados construídos. Com a nova área, a empresa passa a contar com espaços próprios para forjaria, equipados com sistemas robotizados para a fabricação de Eixos SCame. Este novo processo atende parte da demanda da produção de eixos, enquanto outra parte continua a ser atendida por meio de fornecedor parceiro. Além disso, foram transferidas para a área ampliada, as células de produção de sapatas de freio fundidas.

Nova fábrica da Nakata: em agosto de 2021, a controlada indireta Nakata iniciou novo ciclo de crescimento com a recém-inaugurada fábrica de amortecedores em Extrema-MG. A nova planta nasceu com a tecnologia 4.0, mais que dobrando a capacidade atual de produção dos 900 modelos para possibilitar novos desenvolvimentos, inclusive inovações que estão por vir. O Complexo Nakata potencializa a atuação da marca nos atuais 5.300 itens das linhas de suspensão, transmissão, freio, motor e direção, unindo produção e logística em um mesmo local para garantir agilidade no fornecimento dos produtos para o mercado nacional e exportação, tornando Extrema em um polo de desenvolvimento de autopeças.

Com toda esta infraestrutura e tecnologia empregadas na fabricação e no centro logístico, o Complexo Nakata é base para atender ao atual plano de negócios, às novas demandas da empresa e do grupo, selando o compromisso de liderança no desenvolvimento do *aftermarket* brasileiro.

Exercício de 2020

Neste ano, a Companhia adquiriu por meio da controlada Fras-le, a empresa Nakata Automotiva, e que passou a ser consolidada a partir do mês de setembro.

A empresa conta com fábrica em Diadema (SP), sede administrativa e centro de tecnologia e desenvolvimento em Osasco (SP), e centro de distribuição em Extrema (MG), ampliando o mix de produtos ofertados ao mercado pelas Empresas Randon e também os setores de atuação, tornando o segmento de reposição mais representativo para a Companhia e tornando o modelo de negócios mais resiliente e equilibrado.

Este investimento, que somou R\$ 478 milhões, combina a experiência em reposição automotiva das duas companhias, que são referência neste mercado, e amplia a gama de produtos reunidos sob um mesmo grupo, com a junção do portfólio da Nakata ao mix das marcas Fras-le, Controil, Fremax e Lonaflex.

Exercício de 2019

A Companhia informa que no ano de 2019 não ocorreram aquisições que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

- Nanopartículas de nióbio: Tecnologia aplicada no processo de um insumo (pré-mix) que potencializa as propriedades de outros materiais, conferindo maior durabilidade, resistência mecânica e alterando de forma significativa suas características físico-químicas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Fras-le Smart Composites: linha de componentes estruturais, desenvolvidos em materiais compósitos, direcionados principalmente à substituição de peças atualmente produzidas em aço.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia passou a divulgar esta informação a partir de 2019 em seu relatório de sustentabilidade.

O montante anual investido em inovação (em produtos e processos) tanto em 2019 quanto em 2020 foi de R\$ 90 milhões, dos quais podemos destacar: modernização da estamparia da Randon Implementos, projeto do eixo elétrico (E-Sys) e modernização do CTR (Centro Tecnológico Randon). Já em 2021, o valor investido em P&D e investimentos foi de R\$ 139,2 milhões.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

O e-Sys, que está em fase de testes no nosso CTR, é um sistema de recuperação de energia, que, por meio de um algoritmo inteligente faz com que o motor passe a trabalhar como gerador, recuperando e carregando uma bateria com a energia gerada durante a frenagem e descidas para aplicá-la, então, durante as subidas, dando mais segurança e economia de combustível expressiva.

Este produto permite ao cliente reduzir seu consumo de combustível em até 25%, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e também os resíduos gerados. Além disso, é mais seguro e econômico.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme mencionado no item ii, a Companhia investiu em 2019 e 2020, R\$ 90 milhões anual tanto em pesquisa quanto em desenvolvimento de produtos e processos, e em 2021, foram investidos R\$ 139,2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os fatores relevantes foram mencionados nos itens anteriores.